

VAZ

Advocacia & Consultoria

**AO DOUTO JUÍZO DO 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA –
ESTADO DO PARANÁ**

Processo 0001154-67.2026.8.16.0019

**APPELDORN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA – Em
recuperação judicial e OUTRA**, ambas já qualificadas nos autos de **RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**, vêm respeitosamente à presença desse r. Juízo, por intermédio de seu
procurador, apresentar, **tempestiva, o Plano de Recuperação Judicial**, nos termos do art.
53 da Lei nº 11.101/2005, o qual foi devidamente acompanhado de todos os documentos
exigidos pela legislação aplicável.

Especificamente, esclarece que o plano apresentado contempla: a discriminação
pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; a demonstração de sua
viabilidade econômica; o laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos,
subscrito por profissional habilitado.

Dessa forma, não há qualquer pendência documental relacionada ao art. 53 da Lei
nº 11.101/2005, estando a Recuperanda em plena conformidade com as exigências legais,
requer-se:

- a) seja reconhecida a regularidade da juntada do Plano de Recuperação Judicial e
dos documentos que o instruem;
- b) o regular prosseguimento do feito, com a intimação do Administrador Judicial
para apresentação de seu parecer, bem como a posterior publicação do edital
previsto no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005.

Nestes Termos, pede deferimento.

Curitiba, 30 de abril de 2026.

Bruno da Costa Vaz
OAB/PR n.º 73.907

